

Editorial

[10.29073/j2.v7i2.1129](https://doi.org/10.29073/j2.v7i2.1129)

Patrícia Azevedo , Instituto Politécnico do Porto, Portugal, patricia_anjos_azevedo86@hotmail.com.

A presente edição do *J2 – Jornal Jurídico* insere-se num contexto de crescente desenvolvimento das relações jurídicas, em particular no domínio da regulação económica e fiscal, onde se tornam cada vez mais evidentes as tensões entre a dogmática tradicional e as exigências de uma realidade em rápida transformação. Neste cenário, o Direito é chamado não apenas a responder a novos desafios, mas também a repensar os seus próprios fundamentos, metodologias e instrumentos de intervenção.

Este editorial tem como função a de refletir sobre temas atuais, propor debates, orientar a linha editorial e fornecer uma perspetiva crítica sobre assuntos de relevância para a comunidade científica ou jurídica¹. O editorial serve ainda para sintetizar tendências do pensamento jurídico, comentar decisões recentes do poder judiciário ou mudanças legislativas, e indicar temas emergentes para estudo e reflexão². Dessa forma, pretendemos apresentar um guia interpretativo, auxiliando os leitores a compreender a relevância dos temas apresentados³.

Os contributos reunidos neste número refletem, de forma particularmente expressiva, essa exigência de renovação crítica, evidenciando uma preocupação comum com a adequação das soluções jurídicas face a contextos marcados pela mutabilidade, pela interdependência e pela crescente sofisticação das práticas económicas e sociais, que se refletem na aplicação do Direito a casos concretos.

Uma parte significativa dos trabalhos aqui apresentados incide sobre o domínio do Direito Fiscal, oferecendo uma análise aprofundada de institutos centrais do sistema tributário português.

Neste âmbito, destaca-se, desde logo, a reflexão em torno da construção metodológica dos sistemas tributários, questionando o equilíbrio entre o formalismo jurídico e o realismo económico e propondo uma abordagem integrada capaz de melhor captar a complexidade das dinâmicas fiscais contemporâneas. Esta perspetiva é complementada por estudos que incidem sobre a tributação em sede de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), abordando quer regimes específicos, como o das procurações irrevogáveis, quer questões emergentes associadas a políticas públicas, nomeadamente no que respeita aos benefícios fiscais dirigidos à habitação jovem e à reorganização empresarial.

Ainda neste domínio, merece particular atenção a análise da incidência do Imposto do Selo nas aquisições por usucapião, tema que convoca uma reflexão mais ampla sobre os critérios de sujeição tributária e sobre a articulação entre figuras de Direito Civil e a sua projeção no plano fiscal.

Paralelamente, a abordagem à defesa dos particulares no processo de execução fiscal evidencia a centralidade das garantias dos contribuintes num contexto em que a eficácia da cobrança tributária tem, necessariamente, de coexistir com a salvaguarda dos direitos fundamentais dos contribuintes.

¹ VASCONCELLOS, V. G. de. (2017). Editorial: A função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 3, n. 1, p. 9 17.

DOI: 10.22197/rbdpp.v3i1.34

Disponível em: <https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/34>

² PENG, P.-C.; COLEMAN, F.T. (2024). Editorial viewpoints of scientific publishing for early career research scientists. *BMC Proceedings*, v. 18, art. 4.

DOI: 10.1186/s12919-023-00286-7

Disponível em: <https://bmcpoc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12919-023-00286-7>

³ MRYGLOD, O., HOLOVATCH, Y., & MRYGLOD, I. (2011). Editorial process in scientific journals: analysis and modeling. <https://arxiv.org/abs/1109.6211>



Para além do eixo fiscal, o presente número abre-se a outras áreas jurídicas de relevo, revelando a diversidade e a transversalidade do pensamento jurídico contemporâneo.

Neste sentido, a análise do crime de violação da obrigação de alimentos convoca questões relevantes no âmbito do Direito, em particular no que respeita à tutela de interesses fundamentais e à efetividade dos mecanismos de proteção jurídica em contextos de vulnerabilidade.

Por outro lado, a reflexão em torno da mediação assistida por inteligência artificial introduz no debate jurídico uma dimensão particularmente atual e desafiante. A articulação entre mecanismos de resolução alternativa de litígios, tecnologias emergentes e o enquadramento regulatório europeu (designadamente no âmbito do futuro regime jurídico da inteligência artificial) levanta questões complexas relativas à imparcialidade algorítmica, à transparência e à legitimidade das decisões automatizadas. Este contributo evidencia, assim, a necessidade de um diálogo contínuo entre o Direito e a tecnologia, num esforço de construção de soluções normativas inovadoras.

No seu conjunto, os artigos agora publicados demonstram não apenas a vitalidade da investigação jurídica, mas também a sua capacidade de interrogar criticamente o ordenamento jurídico e de propor caminhos para a sua evolução. A diversidade temática e a profundidade analítica dos trabalhos refletem um compromisso com o rigor científico e com a relevância prática, contribuindo para um debate jurídico informado.

A presente edição reafirma, assim, o papel do *J2 – Jornal Jurídico* como espaço de reflexão académica exigente, aberto à pluralidade de perspetivas e atento às transformações que marcam o nosso tempo. Num contexto em que o Direito é constantemente desafiado a adaptar-se a novas realidades, a produção científica assume uma função essencial na identificação de problemas, na construção de soluções e na antecipação de desenvolvimentos futuros.

Por fim, cumpre expressar um reconhecimento sincero a todos os autores, revisores e colaboradores que contribuíram para esta edição. O seu trabalho constitui um elemento fundamental para a consolidação de um projeto editorial que se pretende rigoroso, relevante e academicamente comprometido.

Convida-se, assim, a comunidade académica a uma leitura crítica e aprofundada dos textos agora publicados, na expectativa de que este número possa contribuir para o enriquecimento do debate jurídico e para o avanço do conhecimento nesta área.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.



Todo o conteúdo do *J² – Jornal Jurídico* é licenciado sob [Creative Commons](#), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.